



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

21/05/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. ASSESSORIA.....	1
1.2. COMARCAS.....	2
1.3. CONVÊNIOS.....	3
1.4. DECISÕES.....	4
1.5. EXECUÇÕES PENAIS.....	5 - 6
1.6. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	7
1.7. VARAS DE FAMÍLIA.....	8
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. JUÍZES.....	9
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. CONVÊNIOS.....	10 - 11
3.2. VARAS DE FAMÍLIA.....	12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	13 - 15
4.2. SELETIVOS.....	16
4.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	17
4.4. VARAS DE FAMÍLIA.....	18
5. JORNAL EXTRA	
5.1. VARAS DE FAMÍLIA.....	19
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. ASSESSORIA.....	20
6.2. COMARCAS.....	21
6.3. CONVÊNIOS.....	22
6.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	23
6.5. JUÍZES.....	24
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. SERVIDORES.....	25
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. ASSESSORIA.....	26
8.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	27
8.3. JUÍZES.....	28
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. ASSESSORIA.....	29
9.2. COMARCAS.....	30
9.3. CONVÊNIOS.....	31
9.4. DECISÕES.....	32
9.5. SELETIVOS.....	33
9.6. VARAS DE FAMÍLIA.....	34

Portal do Judiciário recebe 1,5 milhão de visitantes

O Portal do Judiciário maranhense na internet (www.tjma.jus.br) recebeu mais de 1,5 milhão de visitantes nos quatro primeiros meses do ano (1.534.733), atingindo 1 milhão 939 mil visualizações no período. O sítio registra média de 15 mil visitas diárias e tendência de público crescente, segundo coletânea de dados do Google Analytics.

Em relação a 2012, deve superar o recorde de acessos antes do final de 2013. No ano passado, o site do Tribunal de

Justiça do Maranhão (TJMA) somou 2.177.514 visitas e cerca de 5,2 milhões de visualizações de páginas. O levantamento, também validado pelo Google, abrangeu de julho a dezembro, quando o fluxo on-line começou a ser medido a cada mês.

Em abril deste ano, 456.641 internautas do Brasil e exterior consultaram a grade de notícias e serviços – ambos atualizados diariamente. Abril também sinaliza a maior frequência de público até agora.

Em comparação a março

(388.344 acessos), houve acréscimo de 68.297 visitantes. Em relação a janeiro (356.742), quase 100 mil a mais. O Maranhão confirma a liderança global de acessos, seguido por São Paulo.

Acessos diretos ou com origem em serviços de busca dominam o ingresso pela internet, aponta o Google Analytics. Os serviços judiciários não são mais o principal foco de quem consulta o portal. Detém o primeiro lugar, hoje, o noticiário sobre atividades judiciárias no

Estado produzido pelas assessorias de Comunicação do Tribunal de Justiça, Corregedoria e Esmam.

Essa evolução passou a ser observada desde junho de 2012, quando o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, lançou o atual formato do portal. Reformulações no visual e no conteúdo permitiram, por exemplo, definição mais nítida dos links de serviços e notícias, e idêntico destaque às páginas dos três órgãos judiciários.

SÉRIE DE SEIS JÚRIS COMEÇA NESTA SEGUNDA, NA COMARCA DE ARAIOSES

A Comarca de Araiozes deu início, nesta segunda-feira (20), a uma série de seis júris que se estende até a próxima segunda-feira (27). Os júris são promovidos pelas 1ª e 2ª varas da comarca, que têm como titulares os juízes Marcelo Fontenele Vieira e Jerusa de Castro Duarte Mendes Fontenele Vieira, respectivamente.

APENADOS VÃO PRESTAR SERVIÇOS EM ESCOLAS DA CAPITAL

Convênio firmado entre a 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas (VEP) e a Secretaria de Educação de São Luís permitirá a quem tiver penas convertidas em prestação de serviços à comunidade trabalhar, gratuitamente, em escolas da rede de ensino de São Luís.

USO DO CERTIFICADO DIGITAL É OBRIGATÓRIO NO JUDICIÁRIO

Documento gerado ou reproduzido em meio eletrônico pelo Judiciário do Maranhão deve receber assinatura digital. O uso de certificado digital na Justiça estadual foi disciplinado com a aprovação, pelos desembargadores da Corte, de Resolução com o objetivo de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos eletrônicos.

DPE LANÇA CAMPANHA "PELO DIREITO DE RECOMEÇAR" COM FOCO NA RESSOCIALIZAÇÃO



➡ Defensor geral Aldy Mello Filho, na abertura da campanha

Pág. 5

DPE lança Campanha "Pelo Direito de Recomeçar" com foco na ressocialização



Defensor geral Aldy Mello Filho, na abertura da campanha

Com a finalidade de discutir o papel da ressocialização de apenados como estratégia de garantia da segurança pública, foi lançada, na última sexta-feira (17), a Campanha "Defensores Públicos pelo Direito de Recomeçar", em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública (celebrado neste domingo, 19). A solenidade ocorreu no auditório da Defensoria Pública, na capital, e contou com a presença de defensores, promotores, juizes e técnicos da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, destacou que a prisão se mantém no centro do sistema de Justiça cri-

minal em todos os países do mundo e que, quando usada apropriadamente, exerce papel decisivo em defesa da legalidade e da ordem pública. No entanto, quando não oferece oportunidades para o detento obter assistência com reabilitação, as prisões se tornam meros armazéns, nos quais os presos retornam à sociedade, despreparados para seguir uma vida em obediência à lei.

"A população deve ser esclarecida de que a necessidade de retribuição, pela prática de um delito, deve ser acompanhada por uma obrigação de tratamento e reabilitação, já que a punição e o confinamento, por si sós, não atendem às necessidades e os interesses so-

ciais de segurança", afirmou.

O superintendente da Sejap, Kécio Rabelo, ressaltou os desafios do poder público em oportunizar, ainda no curso do cumprimento da pena, a profissionalização e posterior recolocação do apenado no mercado de trabalho. "Há investimentos de médio e longo prazos. A Sejap tem buscado a melhoria das condições de cumprimento de pena, com especial atenção ao aumento do número de vagas no sistema".

Para o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, o defensor público Alberto Bastos Pessoa, o primeiro passo para ressocialização é criar ambientes prisionais que respeitem garantias mínimas à cidadania humana. "Não há como falar em ressocialização com um universo carcerário superpopuloso. Há obstáculos operacionais na implementação de programas de ressocialização quando as unidades prisionais não atendem as exigências da lei de execução penal. As dificuldades na infraestrutura impossibilitam o desenvolvimento das diversas assistências previstas em lei", afir-

mou.

O juiz auxiliar do CNJ, Douglas Melo Martins, destacou a importância da iniciativa da Defensoria no desafio de vencer o preconceito contra internos e egressos do sistema prisional. "A instituição vem cumprindo, com elevada competência, suas atribuições legais. O trabalho regular que vem sendo realizado pelos defensores nas duas varas de execução penal e no Complexo de Pedrinhas tem garantido não só o acompanhamento processual, como também tem buscado alternativas para seu retorno harmônico à sociedade".

Durante a solenidade, houve, ainda, a apresentação do coral Deus é Conosco, composto por reeducandas do Crisma (Centro de Reabilitação de Mulheres Apenadas). Encerrando a programação, houve o lançamento de duas cartilhas sobre execução penal, nas versões preso e servidor, com informações úteis sobre aspectos relevantes da Lei de Execução Penal, elaboradas pela DPE. A apresentação das cartilhas foi feita pelo defensor público Paulo Rodrigues da Costa.

VARA DA INFÂNCIA DE IMPERATRIZ: PARCERIAS GERAM BENEFÍCIOS E OBRAS NA COMARCA

Uma parceria entre a Vara da Infância e da Adolescência da Comarca de Imperatriz e o Ministério Público do Trabalho - MPT de Imperatriz está viabilizando a reforma das instalações do Programa de Moradia Alternativa Novo Amanhecer – PROMANA (bairro Santa Maria), entidade não-governamental de acolhimento a crianças em situação de risco.

MÊS DAS NOIVAS MARCADO POR CASAMENTOS NO FÓRUM DE SÃO LUÍS

Em maio, conhecido como o mês das noivas, serão realizados, no total, 137 casamentos no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. As cerimônias foram marcadas pelos cartórios e estão ocorrendo no auditório do fórum, às segundas, quartas, quintas e sextas-feiras. Há solenidades que reúnem até 30 casais.

Preso professor suspeito de assediar alunas

O Ministério Público do Maranhão (MP-MA) pediu à Justiça, na sexta-feira (17), as prisões preventivas de um policial e um professor, tendo os pedidos sido acolhidos pelo juiz Fernando Jorge Pereira. Além das solicitações de prisão, o MP requisitou ao delegado de polícia a imediata instauração de inquérito para apuração dos fatos. Os requerimentos foram feitos pelo promotor de justiça Rodrigo de Vasconcelos Ferro.

No primeiro caso, foi efetuada a prisão de um policial militar da cidade de Grajaú, na sexta-feira (17), acusado de agredir e ameaçar a ex-companheira e o filho dela, menor de 18 anos.

No outro, um professor foi preso na cidade de Formosa da Serra Negra, termo judiciário da comarca, na tarde de sábado, 18, no Dia Nacional de Luta contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Ele é suspeito de assediar e abusar sexualmente de alunas de 12 anos de idade, na escola onde ministrava aulas.

Os dois casos foram denunciados diretamente na Promotoria de Justiça de Grajaú, onde as vítimas relataram os crimes aos promotores Rodrigo de Vasconcelos Ferro e Carlos Róstão Martins Freitas.

Se confirmadas as acusações, o policial pode ser condenado a até três anos e meio de prisão pelos crimes dos Arts. 129 e 147 do Código Penal, enquanto o professor acusado de pedofilia poderá ser condenado a até 15 anos de reclusão pela prática do crime do Art. 217-A do Código Penal.

Apenados prestarão serviços comunitários em escolas da capital



Após o convênio entre a 2ª Vara de Execuções Penais, (VEP) e a Secretaria de Educação, quem tiver penas convertidas em prestação de serviços à comunidade trabalhar em escolas de São Luís. - PAG. 08

Apenados prestarão serviços comunitários em escolas da capital

Após o convênio firmado entre a 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas (VEP) e a Secretaria de Educação de São Luís permitirá a quem tiver penas convertidas em prestação de serviços à comunidade trabalhar, gratuitamente, em escolas da rede de ensino de São Luís. Atualmente, 338 pessoas cumprem penas alternativas em 47 instituições parceiras do Judiciário. A medida só será aplicada nos casos de crimes de menor gravidade.

Para preparar os gestores escolares que farão o acolhimento e acompanhamento dos apenados, a 2ª VEP iniciou, na sexta-feira (17), oficina de sensibilização com 51 diretores sobre procedimentos que serão observados durante o cumprimento da pena nessas instituições.

A oficina de sensibilização foi dirigida pelo juiz Fernando Mendonça, que falou sobre o tema "Execução penal e alternativas penais: construindo uma cultura da paz". "Queremos fazer uma construção coletiva que favoreça a escola, a comunidade e o apenado, a quem está sendo oferecida a oportunidade de reparar o dano cometido e se ressocializar", disse o magistrado. O trabalho será desenvolvido com representantes da Secretaria Municipal de Saúde, outra parceira do programa.

Durante o encontro, os participantes esclareceram dúvidas e fizeram questionamentos sobre aspectos jurídicos e institucionais que envolvem a prestação de serviços à comunidade. Os gestores receberam cartilha de orientação na qual constam missão, visão e valores da 2ª VEP, além de conceitos importantes em relação às penas al-



A oficina de sensibilização foi dirigida pelo juiz Fernando Mendonça

ternativas e ao papel das entidades no seu efetivo cumprimento.

Para Lana Dolores Cruz, diretora da UEB Bandeira Tribuzi, a iniciativa tem um caráter educativo e estimula a socialização do apenado. "Será uma experiência valiosa para todos os envolvidos", disse.

DEMANDAS- Por meio de formulários, os parceiros informaram à vara os tipos de demandas existentes nas escolas. As pessoas trabalharão sem custos para o poder público em serviços de manutenção, limpeza, jardinagem, pintura e outras atividades correlatas. Os reeducandos devem cumprir 365 horas, sendo oito horas de trabalho por semana.

O encaminhamento consi-

dera os dados apresentados pelos conveniados, perfil, local de residência, habilidades e disponibilidade de horário de quem deve cumprir a pena. Segundo a lei, o cumprimento não deve atrapalhar a vida produtiva e intelectual do apenado, impedindo-o de trabalhar ou estudar.

O juiz explicou que horários e frequência devem ser rigorosamente registrados pelos gestores. "Faltas não justificadas pelo reeducando implicam em penalidades mais severas, pois é uma sentença judicial que está sendo descumprida", explica.

Quem estiver interessado em firmar convênios com a 2ª VEP devem se dirigir à rua das Sucupiras, quadra 47, casa 31, Jardim Renascença I, em São Luís. Os telefones para contato são

3227 4014 e 3227 7395.

LEI - A Lei de Execução Penal (LEP) prevê que o cumprimento de sentenças pode ser revertido em penas alternativas em casos de crimes de menor e médio potenciais ofensivos, desde que não tenha sido empregada violência, e a pena seja inferior a quatro anos.

Para conseguir o benefício, o réu precisa ser primário e ter bons antecedentes. Estes requisitos são analisados por um juiz criminal, que decidirá se a pena pode ser revertida ou não em prestação de serviços.

Lesão corporal no trânsito, pequenos furtos, dirigir sem habilitação e venda de CDs ou DVDs piratas são exemplos de crimes de menor potencial ofensivo.

SÃO LUÍS

Mês das noivas tem 137 casamentos em Fórum

Em maio, conhecido como o mês das noivas, serão realizados, no total, 137 casamentos no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. As cerimônias foram marcadas pelos cartórios e estão ocorrendo no auditório do fórum, às segundas, quartas, quintas e sextas-feiras. Há solenidades que reúnem até 30 casais.

Foi numa dessas cerimônias que Ana Flávia dos San-

tos Reis, grávida de sete meses, e Abimael dos Santos Reis oficializaram a união, na última quinta-feira (16). Eles moram juntos há oito anos e levaram o primeiro filho do casal, de dois anos, para acompanhar o casamento, realizado pela 3ª Vara da Família, onde estão marcados para este mês 116 casamentos.

Assim como Ana Flávia e Abimael dos Santos, mui-

tos outros casais presentes na cerimônia também já viviam em união estável há alguns anos. "Para se oficializar uma união é preciso ter certeza do que se quer. Estamos felizes pela concretização no nosso casamento", completou Abimael.

Para a juíza titular da 3ª Vara da Família, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, é muito importante as pessoas oficializarem o casamento. "A família é a

agência socializadora mais importante da sociedade; é a instituição que abriga o casal, os filhos, o patrimônio. É na família que se concorre para a formação da personalidade dos filhos e é a escola onde se aprende e exercita os atributos da alma", completou a magistrada.

Os casamentos são realizados pelas 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 6ª Varas da Família de São Luís.

Morte de Décio Sá foi tramada na sala de advogado, diz MPE

Relatório mostra que quadrilha de agiotas usou o escritório de Ronaldo Ribeiro para fazer o "acerto financeiro" das mortes do jornalista maranhense e do empresário Fábio Brasil. Grampo telefônico feito pela polícia confirmou a reunião. **Polícia 6**

MP mostra grau de participação de advogado na morte de Décio

Relatório assinado pelo promotor Luis Carlos Duarte publicado ontem pelo blog do jornalista Marco D'Eça revela dados de reunião da quadrilha de agiotas no escritório de Ronaldo Ribeiro para o acerto financeiro dos envolvidos no crime



O jornalista Marco D'Eça publicou, ontem, com exclusividade em seu blog (marcoareliodeca.com.br), parte do relatório do Ministério Público Estadual (MP) que trata do grau de participação do advogado Ronaldo Ribeiro na trama que resultou no assassinato do jornalista Décio Sá. O conteúdo do documento, segundo afirma o blogueiro, foi assinado pelo promotor de Justiça da 1ª Promotoria do Tribunal do Júri, Luis Carlos Duarte.

Segundo o jornalista, o relatório que incrimina o advogado Ronaldo Ribeiro - denunciado pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e quadrilha hedionda - revela "dados concretos" do efetivo envolvimento do defensor no plano de matar o repórter da editoria de Política de *O Estado*. Um deles, o fato de o réu ter cedido seu escritório, localizado no bairro Ponta d'Areia, no dia 9 de maio de 2012, para uma reunião da quadrilha de agiotas.

De acordo com o documento, o endereço comercial do acusa-

do foi usado para se fazer o "acerto financeiro" das mortes de Décio Sá e do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, executado no dia 31 de março, na cidade de Teresina-PI, crime denunciado pelo jornalista maranhense. A confirmação da reunião, segundo o blog, foi feita por meio de um "grampo telefônico" dos policiais Alcides da Silva e Joel Durans Medeiros.

"Por existir nos presentes autos medida cautelar de quebra de dados e interceptação telefônica possibilitou que fosse verificada a fatídica reunião realizada na data de 09/05/2012 no escritório do advogado Ronaldo Henrique, onde ali se reuniram diversos indiciados, entre os quais Gláucio, *Júnior Bolinha*, *Bochecha*, Ronaldo Henrique e os investigadores Alcides e Durans", lista o relatório do Ministério Público, em sua página 33.

Acerto - No mesmo trecho do documento, o MP continua e especifica o que seria o teor da reunião, entre a maioria dos réus que hoje se enquadra na lista de acusados denunciados pela morte do jornalista. "[...] Tal reunião

tinha por escopo tratar as questões relativas ao acerto financeiro sobre os crimes de morte que foram determinados pela quadrilha, onde foram vitimados Fábio Brasil e Décio Sá", diz o relatório do MP.

Outro detalhe que reforçaria a participação dos acusados na trama, segundo o documento, seria justamente a data em que a reunião foi feita, ou seja, 16 dias depois da morte de Décio Sá. Na época, lembra o blog, "os envolvidos no crime já estavam sendo monitorados, a exemplo dos dois policiais civis", afastados da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). Na página 39 do relatório do MP, o promotor continua.

O trecho faz citação a outro telefonema grampeado, no qual o agiota Gláucio Carvalho alerta *Bochecha* de que "telefones das pessoas envolvidas na trama para matar Décio Sá estariam sendo interceptados". Sobre a reunião no escritório de Ronaldo Ribeiro, *Bochecha* alega ter ido ali para tratar "sobre negociações de veículos com Ronaldo Ribeiro", porém, o Ministério Público não tem dúvidas das razões da presença do

acusado no local.

"Ele ali se fazia presente para acompanhar *Júnior Bolinha* [José Raimundo Sales Chaves Júnior] no recebimento do dinheiro acertado nas mortes de Fábio Brasil e de Décio Sá", diz o documento. No mesmo, o MP chega a "reprender" a postura do advogado. "Ressalta-se que o indiciado Ronaldo Henrique, na data de 09/05/2012, presencia a estranha reunião que ocorrera no seu local de trabalho, observa uma 'suposta' ação policial e nada faz", diz.

"Ao contrário, incentiva Gláucio a dar naquela ocasião a quantia de R\$ 10.000,00 [dez mil reais] para livrar-se daquela situação. Providência legal nenhuma tomou o indiciado Ronaldo Henrique sobre esse fato", concluiu no relatório, às páginas 30 e 31, o promotor Luis Carlos Duarte, que aguarda análise de 10 volumes de documentos apreendidos no escritório do advogado, em agosto de 2012, em operação da Polícia Civil.



Ronaldo Ribeiro acusado no Caso Décio Sá em relatório do MP

Mais

Por meio de mais uma liminar, deferida pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Raimundo Nonato de Souza, em favor da defesa do advogado Ronaldo Ribeiro, as audiências de instrução penal foram suspensas novamente. Desta vez, porém, segundo o próprio juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Márcio Brandão, a interrupção parcial dos interrogatórios não se deu por causa de uma petição específica para isso, mas pela juntada de 10 volumes de documentos, apreendidos no escritório do acusado, no bairro Ponta d'Areia. As oitivas com os réus estão remarcadas para o período de 3 a 7 de junho, no Salão do Júri do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Recordista

A Escola Crescimento teve o maior número de inscritos no concurso de redação promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) para comemorar seus 200 anos de instalação. A escola teve 39 redações apresentadas. Em seguida, vem o Colégio Educator (com 31), Dom Bosco (com 15), Santa Teresa (6), Upaon-Açu (3), São Vicente de Paulo (1) e Unidade Integrada Maria Aragão (1).

Parcerias geram benefícios a programa social

Vara da Infância de Imperatriz e o Ministério Público do Trabalho estão viabilizando a reforma das instalações do Promana

IMPERATRIZ - Uma parceria entre a Vara da Infância e da Adolescência da Comarca de Imperatriz e o Ministério Público do Trabalho - MPT do município está viabilizando a reforma das instalações do Programa de Moradia Alternativa Novo Amanhecer - Promana (bairro Santa Maria), entidade não governamental de acolhimento a crianças em situação de risco.

Segundo o titular da Vara, juiz Delvan Tavares, a casa abriga atualmente 16 crianças com idade superior a 10 anos, uma das quais do sexo feminino.

A obra do Promana, situado em amplo espaço físico onde estão distribuídas duas casas, a sede da entidade, quadra de esportes, campo de futebol e parque de diversões, prevê a reforma total das casas e da sede, bem como a construção de auditório e salas específicas de atendimento psicossocial e pedagógico.

Reforma - Para a reforma, foram disponibilizados cerca R\$ 300 mil arrecadados pelo MPT e oriundos de execução de multas e Termos de Ajustamento de Condutas firmados com empresas privadas.

A viabilização dos recursos é resultado da iniciativa do titu-

Mais

Ao longo de um ano, a parceria da Vara da Infância com o MPT tem dado bons frutos. Exemplo disso são os dois veículos - um furgão com 16 lugares e um carro de passeio - disponibilizados para ser utilizados nos trabalhos desenvolvidos pela Vara. Um sistema de som para os eventos promovidos pela Vara da Infância está entre os frutos da parceria.

lar da Vara da Infância, que propôs ao Ministério Público do Trabalho a parceria através da qual a destinação de verbas arrecadadas pelo órgão tem por objeto as ações voltadas para crianças em situação de risco atendidas pela Justiça.

"Esta é mais uma das várias conquistas no âmbito da proteção de crianças e adolescentes de Imperatriz, já que, há um ano, com apoio da sociedade civil e do próprio Município de Imperatriz, foi reformada a Casa da Criança, uma das instituições de acolhimento mais modernas do Brasil", comemora o juiz.



Reforma na sede do Promana está sendo possível devido a parcerias

Casamento I

Será dia 20 de junho próximo, no Class Buffet, na Av. dos Holandeses, a cerimônia de casamento de Bianca (filha de Maria de Nazaré Barros e Antônio Wagner) com Hélio Maia Neto (filho de Sandra Maria e Hélio da Silva Maia Filho). A recepção acontece, em seguida, no mesmo local.

Casamento II

Por falar nisso, um serviço muito procurado na Ação Global deste ano foi o cadastramento para o “Casamento Comunitário”, onde cerca de 400 pessoas foram atendidas para regularizar sua vida conjugal. A maior parte dos casais não tem recursos para custear um casamento civil.

Mês das noivas marcado por casamentos no Fórum de São Luís

Em maio, conhecido como o mês das noivas, serão realizados, no total, 137 casamentos no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. As cerimônias foram marcadas pelos cartórios e estão ocorrendo no auditório do fórum, às se-

gundas, quartas, quintas e sextas-feiras. Há solenidades que reúnem até 30 casais.

Foi numa dessas cerimônias que Ana Flávia dos Santos Reis, grávida de sete meses, e Abimael dos Santos Reis oficializaram a união, na última

quinta-feira (16). Eles moram juntos há oito anos e levaram o primeiro filho do casal, de dois anos, para acompanhar o casamento, realizado pela 3ª Vara da Família, onde estão marcados para este mês 116 casamentos.

Assim como Ana Flávia e Abimael dos Santos, muitos outros casais presentes na cerimônia também já viviam em união estável há alguns anos. Os casamentos são realizados pelas 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 6ª Varas da Família de São Luís.

• Portal do Judiciário

O Portal do Judiciário maranhense na internet (www.tjma.jus.br) recebeu mais de 1,5 milhão de visitantes nos quatro primeiros meses do ano (1.534.733), atingindo 1 milhão 939 mil visualizações no período. O sítio registra média de 15 mil visitas diárias e tendência de público crescente, segundo coletânea de dados do Google Analytics. Em relação a 2012, deve superar o recorde de acessos antes do final de 2013. No ano passado, o site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) somou 2.177.514 visitas e cerca de 5,2 milhões de visualizações de páginas. O levantamento, também validado pelo Google, abrangeu de julho a dezembro, quando o fluxo on-line começou a ser medido a cada mês.

• Atualizações

Em abril deste ano, 456.641 internautas do Brasil e exterior consultaram a grade de notícias e serviços - ambos atualizados diariamente. Abril também sinaliza a maior frequência de público até agora. Em comparação a março (388.344 acessos), houve acréscimo de 68.297 visitantes. Em relação a janeiro (356.742), quase 100 mil a mais. O Maranhão confirma a liderança global de acessos, seguido por São Paulo.

BURITI

Acusados de homicídio são condenados em júris

Em júris promovidos pela Comarca de Buriti nos últimos dias 14 e 15, os réus Valdinar Alves de Sousa e Antonio Braz foram condenados, respectivamente, a 21 anos e oito meses de reclusão e 17 anos de reclusão. Ambos devem cumprir pena no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em regime inicialmente fechado. Presidiu os julgamentos a titular da unidade, juíza Vanes-

sa Ferreira Pereira Lopes.

No primeiro júri, o réu Valdinar respondeu pelo homicídio duplamente qualificado contra Afonso Alves Ambrósio, além de tentativa de homicídio contra Jackson Alves Ambrósio. O crime se deu em 21 de abril de 2011.

Os jurados entenderam que o acusado cometeu os crimes à traição e por motivo torpe, impelido por sentimento de vingança.

Para o promotor de Justiça que atuou no julgamento, Clodoaldo Nascimento Araújo, a condenação foi justa. O defensor dativo do réu, Igor da Silva Oliveira, afirmou que irá recorrer da sentença.

O réu encontra-se foragido desde 2012, quando fugiu da Delegacia de Polícia de Buriti.

Já no dia 15, Antonio Braz foi a julgamento pelo também homicídio duplamente qualifica-

do que teve como vítima a companheira, Ana Célia Dutra dos Santos. O crime ocorreu no dia 24 de agosto de 2011, quando o acusado matou a mulher com golpes de faca e pancada na cabeça com um pedaço de pau.

Além da pena pelo homicídio, Braz foi condenado ainda a um ano de detenção e ao pagamento de dez dias-multa pelo crime de posse ilegal de arma de fogo.

CIDADANIA

Apenados vão prestar serviços em escolas da capital, diz TJ-MA

Convênio firmado entre a 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas (VEP) e a Secretaria de Educação de São Luís permitirá a quem tiver penas convertidas em prestação de serviços à comunidade trabalhar, gratuitamente, em escolas da rede de ensino de São Luís. Atualmente, 338 pessoas cumprem penas alternativas em 47 instituições parceiras do Judiciário. A medida só será aplicada nos casos de crimes de menor gravidade.

Para preparar os gestores escolares que farão o acolhimento e acompanhamento dos apenados, a 2ª VEP iniciou, na sexta-feira (17), oficina de sensibilização com 51 diretores sobre procedimentos que serão observados durante o cumprimento da pena nessas instituições.

A oficina de sensibilização foi dirigida pelo juiz Fernando Mendonça, que falou sobre o tema "Execução penal e alternativas penais: construindo uma cultura da paz". "Queremos fazer uma construção coletiva que favoreça a escola, a comunidade e o apenado, a quem está sendo oferecida a oportunidade de reparar o dano cometido e se ressocializar", disse o magistrado. O trabalho será desenvolvido com representantes da Secretaria Municipal de Saúde, outra parceira do programa.

Durante o encontro, os participantes esclareceram dúvidas e fizeram questionamentos sobre aspectos jurídicos e institucionais que envolvem a prestação de serviços à comunidade. Os gestores receberam cartilha de orientação na qual constam missão, visão e valores da 2ª VEP, além de conceitos importantes em relação às penas alternativas e ao papel das entidades no seu efetivo

cumprimento.

Para Lana Dolores Cruz, diretora da UEB Bandeira Tribuzi, a iniciativa tem um caráter educativo e estimula a socialização do apenado. "Será uma experiência valiosa para todos os envolvidos", disse.

DEMANDAS - Por meio de formulários, os parceiros informaram à vara os tipos de demandas existentes nas escolas. As pessoas trabalharão sem custos para o poder público em serviços de manutenção, limpeza, jardinagem, pintura e outras atividades correlatas. Os reeducandos devem cumprir 365 horas, sendo oito horas de trabalho por semana.

O encaminhamento considera os dados apresentados pelos conveniados, perfil, local de residência, habilidades e disponibilidade de horário de quem deve cumprir a pena. Segundo a lei, o cumprimento não deve atrapalhar a vida produtiva e intelectual do apenado, impedindo-o de trabalhar ou estudar.

O juiz explicou que horários e frequência devem ser rigorosamente registrados pelos gestores. "Faltas não justificadas pelo reeducando implicam em penalidades mais severas, pois é uma sentença judicial que está sendo descumprida", explica.

Quem estiver interessado em firmar convênios com a 2ª VEP devem se dirigir à rua das Sucupiras, quadra 47, casa 31, Jardim Renascença I, em São Luís. Os telefones para contato são 3227 4014 e 3227 7395.

LEI - A Lei de Execução Penal (LEP) prevê que o cumprimento de sentenças pode ser revertido em penas alternativas em casos de crimes de menor e médio potenciais ofensivos, desde que não tenha sido empregada violência, e a pena seja inferior a quatro anos.

"RECOMERÇAR"

DPE lança Campanha com foco na ressocialização

Com a finalidade de discutir o papel da ressocialização de apenados como estratégia de garantia da segurança pública, foi lançada, na última sexta-feira (17), a Campanha "Defensores Públicos pelo Direito de Recomeçar", em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública (celebrado neste domingo, 19). A solenidade ocorreu no auditório da Defensoria Pública, na capital, e contou com a presença de defensores, promotores, juízes e técnicos da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, destacou que a prisão se mantém no centro do sistema de Justiça criminal em todos os países do mundo e que, quando usada apropriadamente, exerce papel decisivo em defesa da legalidade e da ordem pública. No entanto, quando não oferece oportunidades para o detento obter assistência com reabilitação, as

prisões se tornam meros armazéns, nos quais os presos retornam à sociedade, despreparados para seguir uma vida em obediência à lei.

"A população deve ser esclarecida de que a necessidade de retribuição, pela prática de um delito, deve ser acompanhada por uma obrigação de tratamento e reabilitação, já que a punição e o confinamento, por si sós, não atendem às necessidades e os interesses sociais de segurança", afirmou.

INVESTIMENTO - O superintendente da Sejap, Kécio Rabelo, ressaltou os desafios do poder público em oportunizar, ainda no curso do cumprimento da pena, a profissionalização e posterior recolocação do apenado no mercado de trabalho. "Há investimentos de médio e longo prazos. A Sejap tem buscado a melhoria das condições de cumprimento de pena, com especial atenção ao aumento do número de vagas no sistema".

CDHM

Comissão mediará encontro para solucionar conflitos de terra

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Alema, deputada Eliziane Gama (MD), informou que vai mediar um encontro com o responsável pela ação de despejo e demais autoridades competentes em relação ao conflito de terra que envolve a localidade conhecida como Engenho, no município de São José de Ribamar.

Segundo a parlamentar, a ação tramita na Justiça e em decisão proferida pela juíza Livia Maria da Graça Costa Aguiar, qualquer ato que implique em invasão a posse do autor, será

penalizado com multa diária no valor de R\$ 600.

Na última quarta-feira (15) os deputados que integram a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa do Maranhão visitaram a comunidade Engenho, localizada no município de São José de Ribamar. Os moradores alegam que várias famílias que residem no local há mais de cem anos estão sendo ameaçados de despejo.

O presidente da Associação Abrangentes - MA, Domingos Rodrigues, informou que cerca de 60 famílias dependem da ter-

ra para sobreviver. "É dessa área que nós produtores tiramos nosso sustento". Ainda segundo ele, foi feita uma proposta para a Prefeitura de Ribamar comprar quatro hectares e entregar aos produtores, mas foi recusada.

DONOS DE TERRAS - As terras ocupam uma área de 74 hectares, onde segundo a associação, lavradores trabalham com o cultivo de legumes e hortaliças. Durante a visita os parlamentares acompanharam o local de produção, onde cerca de 60 famílias trabalham e retiram o sustento de casa com o que é

plantado na área.

Os deputados checaram documentos apresentados pela comunidade, entre eles, um registro de nascimento de pessoas que nasceram na própria localidade, que confirma como Engenho.

O deputado Bira do Pindaré (PT) disse que é dever da comissão buscar uma mediação com o Judiciário, Ministério Público e a comunidade para que a Justiça entenda que essas famílias são verdadeiramente as donas dessas terras e que de lá que tiram seu sustento.

1 Tem-se falado tanto em moralização da gestão pública, mas não é tarefa fácil falar e fazer. Nesta semana, a Assembleia Legislativa vai votar o projeto do Judiciário Maranhense concedendo auxílio-moradia aos juízes das comarcas do interior. Os deputados Manoel Ribeiro (PTB) e Bira do Pindaré (PT) emendaram o texto, o que vai chacoalhar a discussão.

2 Ribeiro quer estender a prebenda até aos 'coitados' dos magistrados aposentados. Já Bira é mais ranzinza. Prefere "moralizar" o texto, concedendo o auxílio-habitação apenas àqueles juízes que não tenham residência perto da comarca e por lá tenha o programa Minha Casa, Minha Vida. Porém, pela velha cultura do plenário, o texto original deve passar limpo e sem fragura.

Informação

Portal do Judiciário recebe 1,5 milhão de visitantes

O Portal do Judiciário maranhense na internet (www.tjma.jus.br) recebeu mais de 1,5 milhão de visitantes nos quatro primeiros meses do ano (1.534.733), atingindo 1 milhão 939 mil visualizações no período. O site registra média de 15 mil visitas diárias e tendência de público crescente, segundo coletânea de dados do Google Analytics.

Em relação a 2012, deve superar o recorde de acessos antes do final de 2013. No ano passado, o site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) somou 2.177.514 visitas e cerca de 5,2 milhões de visualizações de páginas. O levantamen-

to, também validado pelo Google, abrangeu de julho a dezembro, quando o fluxo on-line começou a ser medido a cada mês.

Em abril deste ano, 456.641 internautas do Brasil e exterior consultaram a grade de notícias e serviços – ambos atualizados diariamente. Abril também sinaliza a maior frequência de público até agora.

Em comparação a março (388.344 acessos), houve acréscimo de 68.297 visitantes. Em relação a janeiro (356.742), quase 100 mil a mais. O Maranhão confirma a liderança global de acessos, seguido por São Paulo.

"Pelo Direito de Recomeçar"

DPE lança Campanha com foco na ressocialização



Defensor geral Aldy Mello Filho, na abertura da campanha

Com a finalidade de discutir o papel da ressocialização de apenados como estratégia de garantia da segurança pública, foi lançada, na última sexta-feira (17), a Campanha "Defensores Públicos pelo Direito de Recomeçar", em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública (celebrado neste domingo, 19). A solenidade ocorreu no auditório da Defensoria Pública, na capital, e contou com a presença de defensores, promotores, juízes e técnicos da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap).

O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, destacou que a prisão se man-

tém no centro do sistema de Justiça criminal em todos os países do mundo e que, quando usada apropriadamente, exerce papel decisivo em defesa da legalidade e da ordem pública. No entanto, quando não oferece oportunidades para o detento obter assistência com reabilitação, as prisões se tornam meros armazéns, nos quais os presos retornam à sociedade, despreparados para seguir uma vida em obediência à lei.

"A população deve ser esclarecida de que a necessidade de retribuição, pela prática de um delito, deve ser acompanhada por uma obrigação de tratamento e reabilitação, já que a punição

e o confinamento, por si sós, não atendem às necessidades e os interesses sociais de segurança", afirmou.

O superintendente da Sejap, Kécio Rabelo, ressaltou os desafios do poder público em oportunizar, ainda no curso do cumprimento da pena, a profissionalização e posterior recolocação do apenado no mercado de trabalho. "Há investimentos de médio e longo prazos. A Sejap tem buscado a melhoria das condições de cumprimento de pena, com especial atenção ao aumento do número de vagas no sistema".

Para o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, o defensor público Alberto Bastos Pes-

soa, o primeiro passo para ressocialização é criar ambientes prisionais que respeitem garantias mínimas à cidadania humana. "Não há como falar em ressocialização com um universo carcerário superpopuloso. Há obstáculos operacionais na implementação de programas de ressocialização quando as unidades prisionais não atendem as exigências da lei de execução penal. As dificuldades na infraestrutura impossibilitam o desenvolvimento das diversas assistências previstas em lei", afirmou.

O juiz auxiliar do CNJ, Douglas Melo Martins, destacou a importância da iniciativa da Defensoria no desafio de vencer o preconceito contra internos e egressos do sistema prisional. "A instituição vem cumprindo, com elevada competência, suas atribuições legais. O trabalho regular que vem sendo realizado pelos defensores nas duas varas de execução penal e no Complexo de Pedrinhas tem garantido não só o acompanhamento processual, como também tem buscado alternativas para seu retorno harmônico à sociedade".

Maranhão

Comissão mediará encontro para solucionar conflitos de terra, diz Eliziane Gama

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Alema, deputada Eliziane Gama (MD), informou que vai mediar um encontro com o responsável pela ação de despejo e demais autoridades competentes em relação ao conflito de terra que envolve a localidade conhecida como Engenho, no município de São José de Ribamar.

Segundo a parlamentar, a ação tramita na Justiça e em decisão proferida pela juíza Livia Maria da Graça Costa Aguiar, qualquer ato que implique em invasão a posse do autor, será penalizado com multa diária no valor de R\$ 600.

Na última quarta-feira (15) os deputados que integram a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa do Maranhão visitaram a comunidade Engenho, localizada

no município de São José de Ribamar. Os moradores alegam que várias famílias que residem no local há mais de cem anos estão sendo ameaçadas de despejo.

O presidente da Associação Abrangentes - MA, Domingos Rodrigues, informou que cerca de 60 famílias dependem da terra para sobreviver. "É dessa área que nós produtores tiramos nosso sustento". Ainda segundo ele, foi feita uma proposta para a Prefeitura de Ribamar comprar quatro hectares e entregar aos produtores, mas foi recusada.

As terras ocupam uma área de 74 hectares, onde segundo a associação, lavradores trabalham com o cultivo de legumes e hortaliças. Durante a visita os parlamentares acompanharam o local de produção, onde cerca de 60 famílias trabalham e retiram o sustento de



casa com o que é plantado na área.

Os deputados checaram documentos apresentados pela comunidade, entre eles, um registro de nascimento de pessoas que nasceram na própria localidade, que confirma como Engenho.

O deputado Bira do Pindaré (PT) disse que é dever da comissão buscar uma mediação com o Judiciário, Ministério Público e a comunidade para que a Justiça entenda que essas famílias são verdadeiramente as donas dessas terras e que de lá que tiram seu sustento.

Portal do Judiciário recebe 1,5 milhão de visitantes

O Portal do Judiciário maranhense na internet (www.tjma.jus.br) recebeu mais de 1,5 milhão de visitantes nos quatro primeiros meses do ano (1.534.733), atingindo 1 milhão 939 mil visualizações no período. O sítio registra média de 15 mil visitas diárias e tendência de público crescente, segundo coletânea de dados do Google Analytics.

Em relação a 2012, deve superar o recorde de acessos antes do final de 2013. No ano passado, o site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) somou 2.177.514 visitas e cerca de 5,2 milhões de visualizações de páginas. O levantamento, também validado pelo Google, abrangeu de julho a dezembro, quando o fluxo on-line começou a ser medido a cada mês.

Em abril deste ano, 456.641 internautas do Brasil e exterior consultaram a grade de notícias e serviços – ambos atualizados diariamente. Abril também sinaliza a maior frequência de público até agora.

Em comparação a março (388.344 acessos), houve acresci-

mo de 68.297 visitantes. Em relação a janeiro (356.742), quase 100 mil a mais. O Maranhão confirma a liderança global de acessos, seguido por São Paulo.

Acessos diretos ou com origem em serviços de busca dominam o ingresso pela internet, aponta o Google Analytics. Os serviços judiciários não são mais o principal foco de quem consulta o portal. Detém o primeiro lugar, hoje, o noticiário sobre atividades judiciárias no estado produzido pelas assessorias de Comunicação do Tribunal de Justiça, Corregedoria e Esmam.

Essa evolução passou a ser observada desde junho de 2012, quando o presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, lançou o atual formato do portal. Reformulações no visual e no conteúdo permitiram, por exemplo, definição mais nítida dos links de serviços e notícias, e idêntico destaque às páginas dos três órgãos judiciários. O Tribunal de Justiça tem ainda presença de destaque no Facebook (TJ MA) e Twitter, onde reúne mais de 5.700 seguidores.

OS NÚMEROS DO PORTAL

Visitantes: 1.534.733 (janeiro a abril)
Média diária: 15.000 visitas (sábados e domingos, 2.000 em cada dia)
Visualizações de páginas: 1.939.210
Maior público: 456.641 (abril)

Série de seis júris começa nesta segunda, na Comarca de Araiozes

A Comarca de Araiozes deu início, ontem (20), a uma série de seis júris que se estende até a próxima segunda-feira (27). Os júris são promovidos pelas 1ª e 2ª varas da comarca, que têm como titulares os juízes Marcelo Fontenele Vieira e Jerusa de Castro Duarte Mendes Fontenele Vieira, respectivamente. Todos os julgamentos ocorrem no auditório da Câmara dos Vereadores do município.

No banco de réus, Francisco Aniceto Oliveira, o Zé Cearense (dia 20); Irismar Silva, o Boré (21); Edmar da Cunha Melo e Erinaldo da Cunha Melo (dia 22); Antonio Carlos Alves Monteiro (dia 23); José de Ribamar Santos Silva (dia 24) e Raimundo Nonato dos Santos (dia 27).

Além dos juízes, estarão trabalhando nas sessões o promotor de justiça John Derrick Barbosa Braúna (acusação), e os advogados Luiz Paulo Ferraz, Luiz Antônio Furtado da Costa, Genuíno Lopes Moreira e Adelino Fernandes da Silva (defesa).

Apenados vão prestar serviços em escolas da capital maranhense

Convênio firmado entre a 2ª Vara de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas (VEP) e a Secretaria de Educação de São Luís permitirá a quem tiver penas convertidas em prestação de serviços à comunidade trabalhar, gratuitamente, em escolas da rede de ensino de São Luís. Atualmente, 338 pessoas cumprem penas alternativas em 47 instituições parceiras do Judiciário. A medida só será aplicada nos casos de crimes de menor gravidade.

Para preparar os gestores escolares que farão o acolhimento e acompanhamento dos apenados, a 2ª VEP iniciou, na sexta-feira (17), oficina de sensibilização com 51 diretores sobre procedimentos que serão observados durante o cumprimento da pena nessas instituições.

A oficina de sensibilização foi dirigida pelo juiz Fernando Mendonça, que falou sobre o tema "Execução penal e alternativas penais: construindo uma cultura da paz". "Queremos fazer uma construção coletiva que favoreça a escola, a comunidade e o apenado, a quem está sendo oferecida a oportunidade de reparar o dano cometido e se ressocializar", disse o magistrado. O trabalho será desenvolvido com representantes da Secretaria Municipal de Saúde, outra parceira do programa.

Durante o encontro, os participantes esclareceram dúvidas e fizeram questionamentos sobre aspectos jurídicos e institucionais que envolvem a prestação de serviços à comunidade. Os gestores receberam cartilha de orientação na qual constam missão, visão e valores da 2ª VEP, além de conceitos importantes em relação às penas alternativas e ao papel das entidades no seu efetivo cumprimento.



DIVULGAÇÃO

A 2ª VEP promoveu oficina de sensibilização com diretores de escolas para acompanhamento dos apenados

Para Lana Dolores Cruz, diretora da UEB Bandeira Tribuzi, a iniciativa tem um caráter educativo e estimula a socialização do apenado. "Será uma experiência valiosa para todos os envolvidos", disse.

Demandas - Por meio de formulários, os parceiros informaram à vara os tipos de demandas existentes nas escolas. As pessoas trabalharão sem custos para o poder público em serviços de manutenção, limpeza, jardinagem, pintura e outras atividades correlatas. Os reeducandos devem cumprir 365 horas, sendo oito horas de trabalho por semana.

O encaminhamento considera os dados apresentados pelos conveniados, perfil,

local de residência, habilidades e disponibilidade de horário de quem deve cumprir a pena. Segundo a lei, o cumprimento não deve atrapalhar a vida produtiva e intelectual do apenado, impedindo-o de trabalhar ou estudar.

O juiz explicou que horários e frequência devem ser rigorosamente registrados pelos gestores. "Faltas não justificadas pelo reeducando implicam em penalidades mais severas, pois é uma sentença judicial que está sendo descumprida", explica.

Quem estiver interessado em firmar convênios com a 2ª VEP deve se dirigir à rua das Sucupiras, quadra 47, casa 31, Jardim Renascença I, em São Luís. Os telefones para contato são 3227-4014 e 3227-7395.

Lei - A Lei de Execução Penal (LEP) prevê que o cumprimento de sentenças pode ser revertido em penas alternativas em casos de crimes de menor e médio potenciais ofensivos, desde que não tenha sido empregada violência, e a pena seja inferior a quatro anos.

Para conseguir o benefício, o réu precisa ser primário e ter bons antecedentes. Estes requisitos são analisados por um juiz criminal, que decidirá se a pena pode ser revertida ou não em prestação de serviços.

Lesão corporal no trânsito, pequenos furtos, dirigir sem habilitação e venda de CDs ou DVDs piratas são exemplos de crimes de menor potencial ofensivo.

Uso do certificado digital é obrigatório no Judiciário

Documento gerado ou reproduzido em meio eletrônico pelo Judiciário do Maranhão deve receber assinatura digital. O uso de certificado digital na Justiça estadual foi disciplinado com a aprovação, pelos desembargadores da Corte, de Resolução com o objetivo de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos eletrônicos.

O certificado digital, de uso pessoal e intransferível, será adquirido de autoridades certificadoras credenciadas pela Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP), que garante à assinatura digital o mesmo valor jurídico da assinatura manuscrita, de acordo com a Medida Provisória

nº 2.200-2/2001.

Será utilizado em documento armazenado originalmente em meio eletrônico e assinado digitalmente pelo autor ou armazenado originalmente em papel (ou em outro meio) e reproduzido em meio eletrônico e assinado digitalmente pelo autenticador das informações.

No caso de impossibilidade técnica, o documento poderá ser produzido em papel e assinado de próprio punho pela pessoa competente, devendo a versão assinada ser digitalizada e certificada digitalmente.

O certificado digital possui as garantias de autenticidade, integridade, irretratabilidade e confidencialidade.

Bom dia, Dr. Pêta;

Mais uma vez peço ajuda nessa luta árdua, pesada e desproporcional, em relação ao que vem ocorrendo com os aprovados do Concurso de 2011 do TJ-MA. Em abril de 2012, completou 1 ano de sua homologação e poucos foram convocados. O que eu e muitos colegas estão vendo por aí é uma tremenda falta de respeito com a gente e com a CF, visto que em algumas comarcas alguns juízes solicitam novos servidores para ajudá-los, mas não são os aprovados e sim de prefeituras, como exemplo a seguir.

“Aqui em São Bento, o juiz continua pedindo funcionários municipais. De seis ou sete funcionários do município que já trabalham no fórum, ele ainda ganhou mais dois nesta semana! Eu sinceramente estou muito chateada e sem esperanças...”

E isso não é apenas lá, mas em todo o MA. Um outro descaso é em relação aos Comissários da Infância e da Juventude. Eu fiz para a comarca de Açailândia e até o presente momento apenas um foi convocado, no total de dois comissários para aquele município, onde a demanda é muito grande. No estado todo temos apenas 55 comissários. Um absurdo.

(Paulo Almeida – São Luís – MA)

Mês das noivas marcado por casamentos no Fórum de São Luís

Em maio, conhecido como o mês das noivas, serão realizados, no total, 137 casamentos no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. As cerimônias foram marcadas pelos cartórios e estão ocorrendo no auditório do fórum, às segundas, quartas, quintas e sextas-feiras. Há solenidades que reúnem até 30 casais.

Foi numa dessas cerimônias que Ana Flávia dos Santos Reis, grávida de sete meses, e Abimael dos Santos Reis oficializaram a união, na última quinta-feira (16). Eles moram juntos há oito anos e levaram o primeiro filho

do casal, de 2 anos, para acompanhar o casamento, realizado pela 3ª Vara da Família, onde estão marcados para este mês 116 casamentos.

Assim como Ana Flávia e Abimael dos Santos, muitos outros casais presentes na cerimônia também já viviam em união estável há alguns anos. "Para se oficializar uma união é preciso ter certeza do que se quer. Estamos felizes pela concretização no nosso casamento", completou Abimael.

Para a juíza titular da 3ª Vara da Família, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, é muito impor-

tante as pessoas oficializarem o casamento. "A família é a agência socializadora mais importante da sociedade; é a instituição que abriga o casal, os filhos, o patrimônio. É na família que se concorre para a formação da personalidade dos filhos e é a escola onde se aprende e exercita os atributos da alma", completou a magistrada.

Os casamentos são realizados pelas 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 6ª Varas da Família de São Luís.